

Um empurrão no crescimento

economia Brasil

Benefícios incluem redução de impostos e juros mais baixos para diversos setores

Eliane Oliveira

BRASÍLIA.

O governo prepara para agosto uma série de medidas complementares ao pacote tributário anunciado na sexta-feira, com o objetivo de desonerar o setor produtivo e permitir uma retomada mais forte da atividade econômica. De acordo com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, serão dados benefícios às áreas de portos, software e bens de informática. A costura do alívio fiscal demonstra que o governo corre contra o relógio para dar uma resposta aos empresários e preparar a economia para o crescimento sustentável, sem esbarrar em gargalos à expansão da produção, que também poderiam gerar inflação.

O pacote que será apresentado pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, nos próximos dias já deverá incluir novos benefícios fiscais para o setor de bens de capital e para aplicações em investimentos em renda fixa e em ações.

— Estamos avançando. Há uma série de trabalhos e a idéia é que até o fim de agosto sejam apresentadas propostas concretas em, pelo menos, quatro projetos: desoneração de investimentos em portos, um novo regime tributário para software, reduções tributárias para bens de capital e outros benefícios para bens de informática — disse Furlan.

Nova reunião entre Furlan e Palocci

Furlan conversou ontem sobre o assunto com o ministro da Fazenda. Antes disso, porém, explicou para a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) como o governo pretende fazer para desonerar os investimentos.

— Teremos (Furlan e Palocci) mais uma reunião técnica esta semana para vermos em que áreas podemos trabalhar com desoneração e, com isso, dar sustentabilidade ao crescimento — adiantou Furlan.

O governo quer estender o prazo dos incentivos fiscais para bens de informática, que acabariam em 2009. Pela proposta do Executivo em tramitação no Congresso, eles serão



OS PORTOS deverão ser beneficiados pelo governo com a redução de impostos na compra de equipamentos que tenham por objetivo modernizar as instalações

► O que deve ser feito por setor

- **PORTOS:** Estão sendo estudadas medidas para reduzir custos portuários, como queda de impostos na compra de equipamentos. O assunto está sendo discutido, em conjunto, pelos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento.

- **BENS DE CAPITAL:** O governo anunciou, em março último, o Modermaq, uma linha de crédito do BNDES para o financiamento da

- compra de máquinas e equipamentos. A medida ainda não entrou em vigor porque falta o Conselho Monetário Nacional (CMN) decidir as taxas de juros a serem cobradas. Estão previstas novas reduções de impostos para bens de capital.

- **SOFTWARE:** O governo já implementou um programa de financiamento para a área de software,

- com recursos do BNDES, e ainda estuda um regime tributário específico para o setor, com o objetivo de aumentar as exportações e atrair fornecedores estrangeiros para o país.

- **INFORMÁTICA:** O prazo de vigência dos benefícios previstos na lei de informática, com ênfase para a redução do IPI, será estendido de 2009 para 2019.

prorrogados até 2019. A lei prevê reduções de 85% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) no setor até 2016 e de 70% de 2016 a 2019, quando o benefício será extinto.

Para bens de capital, apesar da expectativa do empresariado, o que está praticamente certo é a entrada em vigor do Modermaq, linha de financiamento do BNDES com presenças fixas. Anunciado com pompa pelo governo há alguns meses, o programa ainda depende de um voto do Conselho Monetário Nacional (CMN) para que o programa saia do papel.

O CMN, que se reúne na quinta-feira, precisa decidir os juros a serem cobrados, lembrou uma fonte da área econômica. Mas os empresários querem mais: a aceleração do cronograma de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre bens de capital, que prevê a redução da alíquota a zero em 2006.

No setor de portos, o governo quer diminuir os tributos sobre equipamentos, para apressar o aparelhamento e a modernização das instalações. Quanto à área de software, a idéia é desonerar os investimentos e

estabelecer incentivos fiscais para atrair fábricas e recursos estrangeiros ao país. Uma das hipóteses é a redução da Cofins e a criação de linhas de crédito mais baratas.

Para o coordenador-executivo da Ação Empresarial, Marco Polo de Melo Lopes, que também é vice-presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), a pesada carga tributária é um dos grandes entraves aos investimentos para expansão:

— O setor siderúrgico está investindo em seu parque industrial, mas outros setores precisarão fazer

o mesmo. E, para isso, é preciso desonerar a produção — disse Marco Polo.

Ele enfatizou que as siderúrgicas começaram este ano um novo ciclo de investimentos: serão US\$ 7 bilhões até 2007 para aumentar a capacidade instalada dos atuais 34 milhões de toneladas para 44 milhões.

Preocupado com o risco de uma pressão na inflação por causa de um choque de demanda — ou seja, podem faltar produtos para atender ao consumo doméstico — o governo já decidiu que precisa aliviar a carga tributária do setor produtivo. O problema é que, mesmo assim, permanecem os gargalos em infra-estrutura.

Para o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Infra-Estrutura e de Base (Abdib), Paulo Godoy, uma das saídas é melhorar as condições de financiamento:

— As indústrias têm demonstrado uma capacidade de resposta (para elevar a produção) muito rápida. O que está nos preocupando é a infra-estrutura, que necessita de investimentos do setor público, mais do que alívio de carga tributária — disse o coordenador de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco.

Márcia Foletto